

RESUMO - EXTENSÃO - BIODIVERSIDADE NO ANTROPOCENO

OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA NAS TERRAS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NUM CONTEXTO DE AGRAVAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

Sérgio Ricardo De Lima (sergioricardocampanha@gmail.com)

Sergio Ricardo De Lima (baiaviva2018@gmail.com)

Os desafios da promoção da segurança alimentar e restauração ecológica nas Terras Indígenas do Estado do Rio de Janeiro num contexto de agravamento das mudanças climáticas.

Na última década, a Organização Meteorológica Mundial registrou a maior temperatura do planeta, e em 2024 foi atingido o limite de aquecimento previsto no Acordo de Paris (2015) que visava manter o aquecimento global a 1,5 °C. Neste contexto, o Brasil sediará a COP30 (2025) onde o financiamento climático para ações de mitigação e adaptação num cenário de emergências climáticas estará no centro dos debates, através da criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) que estima-se poderá mobilizar até US\$ 125 bilhões para proteger até 1 bilhão de hectares em 70 países tropicais. Na COP 21 (2015), o Brasil assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de florestas nativas até 2030 e o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (MMA, 2017) previa a geração de até 191 mil empregos diretos nesta cadeia produtiva. Já o Planaveg 2.0 (2025-2028) inovou ao incluir a recuperação da vegetação nativa em áreas degradadas em Unidades de

Conservação e Terras Indígenas. Na COP26 (2021), o governo do estado do RJ assumiu o compromisso de aumentar em 10% a cobertura florestal da Mata Atlântica até 2050, o que representa mais de 440 mil hectares de florestas. No entanto, o Plano Estadual de Restauração Ecológica da Mata Atlântica (2019), por meio dos programas Florestas do Amanhã e Floresta Viva-Florestas do Rio (BNDES/SEAS), até o momento, não aprovou nenhum projeto de restauração nas terras indígenas fluminenses: a exigência nos editais de que as TIs sejam demarcadas e que as áreas a serem reflorestadas não estejam em áreas de conflitos territoriais, são grandes obstáculos já que das 6 comunidades indígenas do estado do RJ, apenas 3 delas já encontram-se demarcadas pelo poder público. Essa contradição conflita com as diretrizes da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP, 2024) que reconheceu os saberes e práticas ancestrais indígenas como conhecimentos científicos fundamentais para adotar soluções para reverter as mudanças climáticas.

Como inovação, destaca-se a experiência da tecnologia socioambiental “Viveiro da Mata Atlântica” em processo de implantação entre 2023-2025 junto aos territórios da Terra Indígena Bracuí (Tekoa Sapukai - Angra dos Reis) e na Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Ka'aguy Hovy Porã) de Maricá. A metodologia orientada pelo diálogo intercultural, busca valorizar os conhecimentos tradicionais das roças indígenas e a realização de mutirões para formação de Sistemas Agroflorestais visando o enfrentamento da insegurança alimentar e vulnerabilidades hídrica e climática. A rede sociotécnica de Assistência Técnica Rural (ATER Indígena) nos campos da Agrofloresta e Agroecologia e da Agricultura de Baixo Carbono tem congregado órgãos públicos, universidades e movimentos de agroecologia, por meio da doação de mudas e sementes, oficinas de produção de mudas e coleta de sementes, meliponicultura, educação socioambiental. Um desafio é ampliar as fontes de financiamento climático para iniciativas de restauração que valorizem o protagonismo das comunidades indígenas e reconheçam a importância da Bioeconomia Indígena produzidos no “chão da aldeia”.

Palavras-chave: restauração ecológica; segurança alimentar; povos indígenas; financiamento climático; bioeconomia indígena.